



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2021.0000128356**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2004177-41.2021.8.26.0000, da Comarca de Bauru, em que é impetrante GUILHERME TAVARES MARQUES RODRIGUES e Paciente YARA FERNANDA ALCÂNTARA ROSA, é impetrado MM JUIZ DE DIREITO DO DEECRIM 3ª RAJ DA COMARCA DE BAURU / SP.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Denegaram a ordem. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FARTO SALLES (Presidente sem voto), RICARDO TUCUNDUVA E MACHADO DE ANDRADE.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021.

**EDUARDO ABDALLA**

**Relator**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**HABEAS CORPUS nº 2004177-41.2021.8.26.0000**

**Execução nº 0004096-82.2020.8.26.0026**

**Origem: BAURU**

**Impetrante: GUILHERME TAVARES MARQUES RODRIGUES**

**Paciente: YARA FERNANDA ALCÂNTARA ROSA**

**Autoridade Coatora: Juízo do DEECRIM - 3ª RAJ**

**VOTO nº 17521**

***HABEAS CORPUS.*** Pretendida concessão de prisão domiciliar. Impossibilidade. Decisão bem fundamentada. Requisitos não preenchidos. Constrangimento ilegal inexistente. Ordem denegada.

Trata-se de ***HABEAS CORPUS***, com pedido liminar, impetrado pelo advogado **GUILHERME TAVARES MARQUES RODRIGUES**, em favor de **YARA FERNANDA ALCÂNTARA ROSA**, apontando, como **AUTORIDADE COATORA**, o **JUÍZO DE DIREITO DO DEECRIM 3ª RAJ**.

Aduz que a paciente sofre constrangimento ilegal, decorrente da decisão que indeferiu o pedido prisão domiciliar, carente de fundamentação idônea, o que pleiteia, por ser genitora de criança de oito anos e portadora de doença respiratória, à luz do decidido pelo STF (HC nº 143.641 e nº 165.704) e com fulcro no CPP, art. 318. A final, concessão da ordem, em definitivo.

Indeferida liminar e dispensadas as informações de estilo, a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** opinou pela denegação.

**É o relatório.**

A paciente encontra-se presa em razão de condenação em



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1º Grau, às penas de 7 anos de reclusão, além de multa, em regime fechado, pela prática do crime de tráfico de drogas.

Não se há de descurar que **YARA**, de acordo com os autos, foi surpreendida na própria residência, na posse de elevada quantidade e variedade de substâncias ilícitas - **quatro “tijolos” de maconha (1,82kg) e duas porções grandes de cocaína (5,85kg).**

A simples demonstração de que tem filho menor de 12 anos não lhe confere, automaticamente, direito à prisão domiciliar, a despeito da decisão do STF (HC nº 143.641/SP), até porque, repise-se, **o comércio espúrio era exercido na sua própria casa**, de modo que a concessão da benesse, *prima facie*, não se mostra recomendável.

Confira-se: “*Prosseguindo no julgamento, a Turma, por maioria, concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, nos termos do art. 2º da ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), relacionadas nesse processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes **OU, AINDA, EM SITUAÇÕES EXCEPCIONALÍSSIMAS, AS QUAIS DEVERÃO SER DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS PELOS JUÍZES QUE DENEGAREM O BENEFÍCIO**” (grifei).*

A propósito, entendimento do STJ, publicado no Informativo 629: “*Tráfico de drogas. Associação para o tráfico. Prisão preventiva. Substituição pela domiciliar. Inadequação. **DELITO PRATICADO NA PRÓPRIA RESIDÊNCIA. NÃO É CABÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA DOMICILIAR QUANDO O CRIME É PRATICADO NA PRÓPRIA RESIDÊNCIA DA AGENTE, ONDE CONVIVE COM FILHOS MENORES DE 12 ANOS**” (Precedentes citados: HC 441.781-SC, DJe 19/6/18, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, julgado em 12/6/18 - grifei).*

Diante do exposto, **denega-se a ordem.**

**EDUARDO ABDALLA**  
Relator